

Chega de Brincadeira

O ministro Fernando Henrique Cardoso advertiu pessoalmente os líderes partidários dos riscos da hiperinflação já em fevereiro. Não se trata apenas de recorrer ao susto. A trajetória da inflação continua ascendente: bateu 36,96% no IGP de novembro da Fundação Getúlio Vargas, e foi de 36,83% a alta do custo de vida do paulistano em novembro, segundo o Dieese. O perigo é real e se aproxima.

A crise fiscal e financeira é a causa básica da inflação. Mas também exerce influência direta na degradação dos valores éticos e morais da sociedade. Os sinais indistigíveis estão na onda de criminalidade e nos escândalos na área política e na administração pública.

É preciso correr com os corruptos da política e da administração. Mas, para evitar que o fato se repita, duas providências são essenciais: a revisão das leis que facilitam a corrupção pela inexistência de uma linha divisória e de transparência nos negócios entre o Estado e a iniciativa privada, incluindo as leis de reforma eleitoral, de fidelidade partidária e de licitações; e a adoção de medidas vigorosas para acabar com a inflação, a matriz das distorções da vida nacional. Nada disto, porém, se faz da noite para o dia.

A proposta do ministro Fernando Henrique para eliminar o déficit fiscal em 1994, estabilizar a economia e reformar o papel do Estado desdobra-se em duas fases. A mais urgente é a do ajuste fiscal, com a Emenda da Estabilização, que cria o Fundo Social de Emergência e eleva em 5% as alíquotas dos impostos e contribuições federais.

A urgência da Emenda da Estabilização prende-se, preliminarmente, à necessidade de ser votada antes do recesso parlamentar, para que o aumento de impostos seja aprovado ainda este ano, de modo a não ferir o princípio da anualidade no exercício fiscal de 1994. Mas a urgência também está ligada ao enorme risco de hiperinflação, caso o Tesouro Nacional comece 94 sem garantia de eliminação do déficit.

A experiência de 1989 deve alertar os políticos e as autoridades. Apesar de ter o Plano Verão congelado preços e promovido expurgos na inflação em janeiro, a taxa mensal chegou ao fim do ano, coincidindo com o segundo turno da eleição presidencial, na faixa de 70%, e bateu os 84% em março, mês da transferência da faixa presidencial.

Como responsável pelas finanças públicas e a credibilidade da moeda nacional, Fernando Henrique Cardoso demonstra forte espírito público ao apresentar suas propostas ao exame do Congresso. Trata-se de evitar o risco de hiperinflação através de criteriosa divisão de sacrifícios entre contribuintes e o setor público (que responderá, nas três esferas de poder, por 80% do ajuste fiscal).

Compreende-se que empresários, trabalhadores, governadores, deputados e senadores tenham objeções às propostas: ninguém gosta de pagar mais impostos — ainda que o sacrifício possa significar o fim do *imposto inflacionário* — nem os políticos gostam de ter o seu poder contrariado em ano eleitoral. Mas o fim da inflação tem seu preço.

O que não tem cabimento é a discussão de um plano sério para restabelecer a ordem nas relações econômicas e sociais da sociedade brasileira — reconhecido no exterior, pelo FMI e pela comunidade internacional de negócios — baixar ao nível das disputas eleitorais.

A sociedade está cansada da inflação. Afinal, só uma minoria — os *experts* em especulação financeira, os políticos que decidem sobre seus próprios vencimentos, os bancos, os monopólios e os empresários e donos de carteis que remarcam abusivamente os preços — consegue sair ilesa do corpo-a-corpo com a carestia. A imensa maioria faz uma ginástica tremenda, mas não consegue vencer a carestia. A maioria tem o direito e o dever de exigir que os políticos mostrem responsabilidade e seriedade na discussão de assuntos que dizem respeito ao futuro do Brasil na virada do século. Chega de brincar com questões sérias.